

dependências

ALEXIS GOOSDEEL:

**“PRECISAMOS DE
REINVENTAR A PREVENÇÃO,
O TRATAMENTO E A REDUÇÃO
DE RISCOS...
SEM DISCURSOS FALSOS!”**

**SECRETÁRIA DE ESTADO DA PROMOÇÃO DA SAÚDE APRESENTOU
PROPOSTA DE LEI AOS GRUPOS PARLAMENTARES:**

**GOVERNO QUER
COMBATER EPIDEMIA
DO TABACO**

FENTANIL, CHEMSEX E “PÓ DE MACACO”:

**COMO A INDÚSTRIA ESTÁ
A DITAR OS CONSUMOS**

IDEIAS E ACUSAÇÕES SÁBIAS, MAS...



Faço minhas as palavras do presidente Lula da Silva no discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas.

“A fome, tema central do meu discurso neste Parlamento Mundial, há 20 anos atrás, atinge hoje 735 milhões de seres humanos, que vão dormir esta noite sem saber se terão o que comer amanhã”, declarou.

Em resposta, visou o combate às desigualdades, foco principal do discurso, e acusou a “falta de vontade política” para acabar com o problema no mundo. “O destino de cada criança que nasce neste planeta parece traçado ainda no ventre de sua mãe. A parte do mundo em que vivem os seus pais e a classe social à qual pertence a sua família irão determinar se essa criança terá ou não oportunidades ao longo da vida”, denunciou.

“É preciso, antes de tudo, vencer a resignação, que nos faz aceitar tamanha injustiça como fenómeno natural. Para vencer a desigualdade, falta vontade política daqueles que governam o mundo”, reforçou Lula, que acusou ainda a comunidade internacional de estar “mergulhada num turbilhão de crises múltiplas e simultâneas”. “A desigualdade está na raiz desses fenómenos ou atua para agravá-los”, acrescentou.

Lula da Silva citou ainda o combate ao racismo, à LGBT fobia, ao preconceito de género e contra pessoas com deficiência, e concluiu que “somente movidos pela força da indignação poderemos agir com vontade e determinação para vencer a desigualdade e transformar efetivamente o mundo a nosso redor”.

Lula da Silva também voltou a apelar ao apoio financeiro dos países ricos para adotarem medidas de proteção do meio ambiente e combate às mudanças climáticas: “A emergência climática torna urgente uma correção de rumos e a implementação do que já foi acordado”. E recordou o compromisso celebrado no Acordo de Paris, de aporte de recursos ao meio ambiente, o qual classificou como “uma promessa”. “Sem mobilização de recursos financeiros e tecnológicos, não há como implementar o que decidimos no acordo de Paris. A promessa de destinar 100 biliões de dólares aos países em desenvolvimento permanece apenas isso. Uma promessa”, concretizou.

“Hoje, esse valor seria insuficiente para uma procura que já chega à casa dos triliões de dólares», acrescentou Lula. “Os 10% mais ricos da população mundial são responsáveis por quase metade de todo o carbono lançado na atmosfera. Nós, países em desenvolvimento, não queremos repetir esse modelo”.

Lula da Silva afirmou que o “neoliberalismo agravou a desigualdade económica e política que hoje assola as democracias”. Nesse contexto, segundo o preletor, “surgem aventureiros de extrema-direita que negam a política e vendem soluções tão fáceis quanto equivocadas”.

“Muitos sucumbiram à tentação de substituir um neoliberalismo falido por um nacionalismo primitivo, conservador e autoritário”, afirmou.

“Repudiamos uma agenda que utiliza os imigrantes como bodes expiatórios, que corrói o Estado de bem-estar e que investe contra os direitos dos trabalhadores”, continuou.

No discurso, Lula advertiu que o princípio do multilateralismo – cooperação entre países sobre o um tema em comum – está “a ser corroído”. “Nas principais instâncias da governação global, negociações em que todos os países têm voz e voto perderam fôlego. Quando as instituições reproduzem as desigualdades, elas fazem parte do problema, e não da solução”, acusou.

O FMI, o Banco Mundial e a ONU foram alvo de críticas durante o discurso. Lula declarou que, no ano passado, o FMI disponibilizou 160 biliões de dólares a países europeus e apenas 34 biliões a países africanos. Segundo o próprio, a “representação desigual e distorcida no FMI e do Banco Mundial é inaceitável”, acrescentando que Brics – grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – surgiu na esteira do “imobilismo” desses organismos e defendeu um comércio global “mais justo”. “O protecionismo dos países ricos ganhou força e a Organização Mundial do Comércio permanece paralisada, em especial o seu sistema de solução de controvérsias”.

Lula da Silva disse que os conflitos armados “são uma afronta à racionalidade humana”. O presidente afirmou ser “perturbador ver que persistem antigas disputas não resolvidas e que surgem ou ganham vigor novas ameaças”.

Lula citou nominalmente a “crise humanitária no Haiti, o conflito no Iémen, as ameaças à unidade nacional da Líbia e as ruturas institucionais em Burkina Faso, Gabão, Guiné-Conacri, Mali, Níger e Sudão”.

Afirmou ainda que há um risco de golpe de Estado na Guatemala, “que impediria a posse do vencedor de eleições democráticas”.

Quanto à guerra na Ucrânia, Lula afirmou que o conflito “escancara” a incapacidade dos países que fazem parte da ONU de alcançar a paz e voltou a criticar as sanções impostas à Rússia: “As sanções unilaterais causam grande prejuízos à população dos países afetados. Além de não alcançarem seus alegados objetivos, dificultam os processos de mediação, prevenção e resolução pacífica de conflitos”.

O presidente brasileiro afirmou ainda que “o Conselho de Segurança da ONU vem perdendo progressivamente a sua credibilidade. Essa fragilidade decorre em particular da ação dos seus membros permanentes, que travam guerras não autorizadas em busca de expansão territorial ou de mudança de regime”. “A ONU precisa de cumprir o seu papel de construtora de um mundo mais justo, solidário e fraterno. Mas só o fará se seus membros tiverem a coragem de proclamar a sua indignação com a desigualdade e trabalhar incansavelmente para superá-la”, finalizou. E eu apenas tenho a dizer que concordo com tudo e... espero para ver!

Sérgio Oliveira, director

INICIATIVA CIDADÃ CANÁBIS LEVA DISCUSSÃO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: EXPOSIÇÃO À CANÁBIS NA ADOLESCÊNCIA E SAÚDE

A Conferência Exposição à Canábis na Adolescência e Saúde decorreu no dia 19 de setembro, no auditório António de Almeida Santos- Novo Edifício da Assembleia da República e contemplou a apresentação e discussão dos dados mais atuais, baseados no melhor conhecimento, com a participação de um conjunto de especialistas nacionais e internacionais amplamente reconhecidos pelos seus pares. A organização do evento coube à ICC-Iniciativa Cidadã Canábis, entidade que elege como objetivo contribuir para uma reflexão e debate informado e rigoroso sobre os cenários de uma legalização responsável da canábis para uso de adultos.

Dependências marcou presença no evento e recolheu depoimentos de Luís Mendão, do GAT, e de Alexis Goosdeel, do EMCDDA, João Goulão, Graça Vilar do SICAD e Margarida Tavares, Secretária de Estado da Promoção da Saúde.

LUÍS MENDÃO



Marco Solmi, professor da Universidade de Ottawa descreveu um conjunto de problemas que o consumo de canábis representa, sobretudo para mulheres grávidas, jovens e jovens adultos, grupos em que identifica consequências extremamente graves... Apesar desta e de tanta evidencia científica, porquê persistir e insistir na legalização de uma droga que se sabe não ser inócua?

Luís Mendão (LM) – O que nós assumimos, e julgo que ficou claríssimo na nossa apresentação, é que não consideramos a substância inócua, de maneira nenhuma, e pretendemos que a informação seja passada de maneira a não perdermos a confiança daqueles que precisam.

Não vamos resolver o problema com a regulamentação, mas podemos minorar alguns dos problemas, sabendo as concentrações de THC, evitando os contaminantes e uma série de outros fatores e tendo um produto cuja produção é controlada. Não temos ilusões quanto ao desaparecimento do consumo de canábis na sociedade, nem sequer iremos conseguir fazer desaparecer o mercado negro, mas pensamos que teremos mais instrumentos como sociedade para fazer verdadeiramente uma avaliação do que acontece. Do nosso ponto de vista, a regulação e a transferência de algum dinheiro dos impostos para a prevenção, informação e mitigação pode também ajudar, e sabemos que o SICAD tem andado a gerir orçamentos cada vez mais “esticados” ... No conhecimento, o Professor Félix Carvalho é contrário a esta medida, no entanto, eu consigo ter um diálogo com ele porque não tentamos afirmar coisas que não tenham fundo de verdade.

Mas porquê a canábis e não as outras substâncias? A regulação deverá focar-se apenas numa substância?

LM – Desde logo, falamos da substância com efeitos psicoativos mais utilizada. Depois, começam a existir experiências acumuladas de mudanças de legislação e, como disse o Alexis Goosdeel, eu não confio na metodologia de avaliação da Escola do Colorado, mas tenho confiança em termos agora a avaliação de cinco anos no Canadá.

Mas regulada ou não a substância continua a fazer mal...

LM – Mas não regulada, do nosso ponto de vista, fará pior. Desde que não haja explosões quanto a aumentos de consumo, sobretudo na população situada em faixas etárias mais vulneráveis e efeitos nefastos permanentes... a análise dos exemplos de psicoses tóxicas, de desenvolvimentos para esquizofrenia, etc. terá que começar a baixar, senão falharemos. Não se trata de uma crença religiosa, é uma hipótese de trabalho e serei seguramente o primeiro a dar a mão à palmatória: a situação encontra-se atualmente pior no mercado regulado.

Utilizam o termo na canábis como uma droga recreativa...É intencional para dar aos jovens uma perceção errado do risco?

LM – Não uso. Não faz parte do meu vocabulário essa designação de recreativa quando falamos de substâncias psicoativas. Falo noutra coisa, o facto de um dos determinantes para o uso de substâncias psicoativas ser a procura de prazer. Isso está plenamente demonstrado e, se calhar, foi por aí que se generalizou o termo recreativo. Mas a procura do prazer pode trazer muitas complicações.

A Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga regulou e descriminalizou o uso e posse para todas as substâncias psicoativas. Ninguém vai preso por consumir. Porquê essa obsessão apenas para a canábis?

LM – Quem me conhece sabe que sou um defensor de formas de regulação, e nem falo de legalização nesse sentido e menos ainda de liberalização de todas as substâncias psicoativas que são usadas, com danos, nas nossas sociedades. Portanto, sou a favor de encontrarmos formas de regulação, em última instância, diria que algumas das substâncias terão que ser prescritas exclusivamente por médicos habilitados para o fazer porque o que vejo, noutras níveis da sociedade, é um poder semelhante ao da indústria da guerra ou do trabalho sexual ou do jogo: criamos determinantes que levam a corrupção, infiltração no sistema de jus-



tiça, no sistema político, nas forças policiais, etc. E, portanto, essa tentativa de procurar reduzir a capacidade e dimensão do mercado negro continua a ser para mim muito importante.

Miguel Casas, um profissional da área dos CAD em Barcelona, era também um defensor da regulação da canábis, mas, atualmente, face ao que se verifica na Catalunha, afirma perentoriamente que a canábis é uma droga “pesada” extremamente perigosa para a saúde, e que merece todo o cuidado...

LM – Tal como não utilizo a designação drogas recreativas, também não utilizo a designação drogas leves ou pesadas. São substâncias psicoativas diferentes e que provocam problemas diferentes. Eu tenho um enorme orgulho no modelo português e, na minha área, fui das pessoas que mais ajudou a criar interesse e a divulgar o que aqui se fazia. Mas, no mundo, ainda recentemente tínhamos uma política mundial de proibicionismo e de erradicação do consumo...

...mas em Portugal não existe proibicionismo...

LM – Existe proibicionismo na forma de produção. Do meu ponto de vista, obrigamos as pessoas a fazerem o abastecimento de substâncias junto de criminosos.

Mas será o estado a produzir a substância?

LM – Não creio que deva ser um monopólio do estado... foi esse o caminho que o Uruguai seguiu...

...mas o Uruguai constata atualmente que se vende mais canábis no mercado negro do que nas farmácias...

LM – Um dos princípios da carta que escrevemos aos deputados assenta na necessidade de o preço ser suficientemente alto e taxado para não incentivar o consumo, mas também tem que ser competitivo com os preços do mercado negro.

Nessa circunstância, o mercado negro colocará certamente o produto mais barato...

LM – A partir de um determinado momento deixam de ter interesse na comercialização.

Sendo a canábis um problema de saúde pública, qual será a vantagem de a legalizarmos?

LM – As benzodiazepinas são um problema de saúde pública e são substâncias legais. Há muitas substâncias que representam problemas de saúde pública e, se calhar, as que mais matam são o tabaco e o álcool e também não penso que seja pela proibição que consigamos resolver o problema. Acho que temos todo um trabalho de prevenção, educação e alteração de algum laxismo pela frente. Acho inadmissível a publicidade ao tabaco e ao álcool.

ALEXIS GOOSDEEL



“O objeto da reunião e discussão de hoje é muito importante e relevante por várias razões... tenho um exemplo, um convosco: tenho a sorte de viver cá há 24 anos e tenho também a sorte de conhecer um agricultor que vende legumes biológicos. Não sabe aprofundadamente quem sou nem onde trabalho, mas sabe que faço algo relacionado com as drogas e, há cerca de um ano e meio, confidenciou-me que o seu filho, com 21 anos, consumia canábis e que, na última vez que o fizera, ficou em estado de delírio durante duas semanas, tendo sido internado num hospital e seguido por um psiquiatra.

Entretanto, também me contou que ainda possuía uma parte da substância que o filho tinha comprado. Procurei intermediar o processo com a Kosmicare, sugeri que ele falasse com o psiquiatra sobre o assunto e, duas semanas depois, contou-me que havia falado com o psiquiatra, que lhe dissera que já não valia a pena... Tomo este exemplo, não para criticar o psiquiatra, mas reforçar que os nossos conhecimentos não chegam, até ao momento, aos clínicos e esse será um dos objetivos da nossa nova agência. Falamos há cinco anos de canábis vaporizado por canabinóides sintéticos e, para mim, que sou psicólogo clínico e trabalhei nos cuidados intensivos do Hospital Universitário de Bruxelas, é certo que um canábis que causa duas semanas de delírio não é um canábis simples. É pena que os conhecimentos que conseguimos produzir não tenham chegado até aos clínicos, até porque o nosso último objetivo é salvar vidas.

Na Europa e no mundo, Portugal continua a ser um exemplo pioneiro, com uma política de drogas baseada em direitos humanos, em particular, mas não só, com a descriminalização. Devo confessar que, quando frequentei cursos de psiquiatria e psicopatologia na universidade, a única coisa que aprendemos sobre os toxicodependentes era uma categoria de diagnóstico psicopatológico. Não falámos nunca de seres humanos. Por tudo isto, estou muito orgulhoso por estar ao lado de Portugal e de figuras como Alexandre Quintanilha e outras que estiveram na origem daquela política.

E hoje, temos um debate sobre o que poderá ser o próximo passo no mesmo caminho e devo referir, perante os meus amigos do GAT, que o Observatório também trabalha com consumidores de substâncias, que são parceiros iguais aos demais.

As drogas têm mudado e temos que adaptar as nossas respostas e políticas. Um dos desafios que temos hoje na Europa prende-se com o facto de o





nosso modelo de análise ser baseado no modelo da epidemia de heroína. O desafio é grande porque, se elegermos a evidência científica do que hoje acontece, não podemos apenas repetir as mesmas respostas que definimos ao longo dos últimos 20 anos.

Algo que também me parece importante e que foi discutida tem a ver com o objetivo da política. A esse nível, a colega do Canadá revelou-nos um objetivo ambicioso e, ainda assim, creio que a política do Canadá constitui um exemplo e faremos uma visita de estudo no início do próximo ano. Para nós, de forma científica, o resultado de uma avaliação realizada no Canadá com métodos científicos não é o mesmo que a avaliação feita, por exemplo, no Colorado, em que a base metodológica não é seguramente a mesma. Creio que isto é importante porque se pensarmos nos objetivos da mudança da legislação em Portugal, os objetivos de estabilizar e proteger os cidadãos devem ser considerados. Outra coisa é afirmar o que nunca se alcança, como a redução do uso ou terminar com o mercado negro e a produção ilícita. Pode ter um impacto, mas importante é eleger um objetivo possível de concretizar. Temos que ser honestos e realistas quanto aos vínculos de causalidade. O desafio é promover um debate público, mas não sobre dados falsos ou sobre princípios pseudocientíficos. E regular não é incentivar nem afirmar que a canábis não faz mal nenhum, que é como água. E também podemos ter uma overdose de água... A importância de não dizer mentiras e de basear o debate público e político em dados verdadeiros e científicos é inegável. Precisamos de reinventar a prevenção, o tratamento e a redução de riscos. Sem discursos falsos! Quando se perde a confiança dos jovens pode ditar consequências quando esse jovem precisar de ajuda, nomeadamente não recorrer àqueles adultos em quem já não confia. O debate de hoje, tal como o caminho que Portugal percorreu nos últimos 23 anos, é uma contribuição ainda mais importante do que nunca enquanto exemplo para os outros países. Devido à nova situação das drogas, o maior problema que temos na maioria dos países europeus é a violência relacionada com as drogas. E no debate atual de muitos países há quase uma oposição entre criminalização do uso e dos consumidores, que seria uma regressão social e política a que não tenho a certeza que venhamos escapar. Temos que desenvolver políticas ainda mais holísticas em vez de tornar as políticas de drogas ainda mais hostis e criminalizadoras para os cidadãos.



JOÃO GOULÃO

Nas palavras que dirigiu aos participantes na sessão de abertura, considerou que “o que nos une” é minorar os efeitos nocivos da canábis para a saúde, em particular nos adolescentes. “Como seremos mais eficazes para contrariar estes efeitos?” foi a pergunta que lançou, deixando uma visão mais alargada do paradigma regulador, possibilitando pensar igualmente em outras substâncias, com regras destinadas ao uso responsável e adulto, ou a via proibicionista, como possíveis caminhos alternativos.

Assumindo a preocupação que este assunto acarreta e a prioridade para o SICAD das questões do impacto na saúde dos cidadãos, manifestou a expectativa de que um novo organismo (ICAD), dotado de maior massa crítica, proporcione formas de desenvolver uma reflexão mais aprofundada, nomeadamente pelos profissionais desta área. Terminou, realçando a importância da aprendizagem com experiências internacionais, colocando nelas um foco de avaliação.

GRAÇA VILAR

Discordando dos discursos de falhanço do chamado Modelo Português, contrapôs com a capacidade de evolução das políticas portuguesas, o caminho “significativo” desenvolvido e a sua construção, abordando de seguida a estrutura do novo Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (PNRCAD) 2021-2030, destacando os seus três pilares: empoderar, cuidar e proteger. Baseando-se em diversos estudos que o SICAD realizou ou em que participou, apresentou respostas à pergunta que a própria oradora lançou: porque é que os jovens ainda recorrem a alguma substância, entre as quais a canábis?

Após referir algumas consequências do consumo, realçou a importância da evidência científica e a relevância na definição das intervenções preventivas, onde destacou o programa “Eu e os Outros”, que considerou “a joia do SICAD”, com uma história específica para a canábis. Concluiu a intervenção elencando alguns desafios como o não pensar estritamente na saúde, a abertura ao desconhecido, à modificação e à criação de serviços mais próximos da comunidade, e a definição de políticas mais inclusivas e envolvidas na comunidade.



MARGARIDA TAVARES, SECRETÁRIA DE ESTADO DA PROMOÇÃO DA SAÚDE



A “Exposição à Canábis na Adolescência e Saúde” é, como sabemos, um assunto complexo e com crescente relevância em termos globais, devido às experiências de regulação existentes ou em desenvolvimento, e o impacto que a regulação poderá ter em termos de maior aceitabilidade ou de maior acesso.

Sempre que falamos de Canábis e Adolescentes surgem referências a questões essenciais como o desenvolvimento cognitivo, a formação do cérebro, a relação com a doença mental, o impacto no desempenho académico e escolar, e o efeito na experimentação de outras drogas, isto é, como porta de entrada para outros consumos.

São questões que inquietam os decisores e a opinião pública há anos e nos vários países, sem resultados suficientemente conclusivos.

E há várias outras linhas de discussão que podemos abrir, questões para as quais gostaríamos de ter resposta, no âmbito da reflexão sobre a canábis, adolescentes e políticas de saúde e que na verdade se aplicam também a outras substâncias ilícitas e lícitas, como o álcool e o tabaco, englobando também os consumos por adultos:

- Enquanto responsáveis pelas políticas de saúde em Portugal, querendo os mais elevados padrões de proteção, mas sabendo que não há risco zero, podemos aceitar que existe um nível de risco e dano potencial aceitável?

- Existem nos consumos dimensões de condicionamento do grupo, pressão social ou do próprio mercado? Até que ponto há verdadeira escolha individual nos diferentes consumos?

- Conseguimos interferir, nomeadamente adiando o início dos consumos? Como fazê-lo?

-Um discurso negativo sobre uma substância é útil? Em que momento esse discurso negativo se torna estigmatizante e afasta as pessoas que a usam, tornando a intervenção contraproducente?

- Podemos informar sobre os riscos, recorrendo apenas a informação comprovada? O recurso ao princípio da precaução é aceitável ou descredibiliza? (ao invés de reforçarmos o recurso à investigação, de fomentar e avaliar estudos piloto e usar estudos longitudinais. Ao invés de acarinhar e investir em estudos longitudinais nacionais que

nos poderiam fornecer informações e resultados fundamentais para informar decisões.)

- Que medidas de redução de riscos devemos colocar em prática?

- Como ultrapassar os próprios limites da regulação, que apesar de determinadas proibições não impede totalmente o acesso?

- Quais os riscos individuais de manter uma substância ilícita, ao não possibilitar o acesso a substâncias testadas e controladas?

- Quais os riscos sociais e coletivos de manter uma substância proibida, em termos de criminalidade, entradas em prisão, manutenção de mercados informais?

- Quais as melhores decisões em termos de definição de políticas públicas, partindo de um princípio basilar de “primeiro não prejudicar”, ou pelo menos “não fazer pior”?

De uma forma global, pensamos que há margem para compreender melhor esta área, cá e noutros países, identificar e reduzir riscos, estudar melhor os dados da procura de cuidados, e entender melhor os mecanismos envolvidos na experimentação, e ainda assim retardar o início dos consumos.

Não temos respostas para todas as perguntas, mas não partimos do zero e isso não nos deve impedir de agir. Conhecemos alguma coisa sobre a realidade, através de inquéritos a população em idade escolar e no dia da Defesa Nacional, e desenvolvemos há largos anos programas de prevenção centrados na promoção da tomada de decisões refletidas, informadas e responsáveis, assim como respostas de apoio específicas para jovens, mas com abrangência e efetividade que têm de ser reforçadas. E reconhecemos a vantagem de abordagens humanistas e não estigmatizadoras para facilitar a procura de apoio e de cuidados.

Ainda assim reconhecemos dificuldades nas respostas na área das dependências, que se foram acumulando ao longo dos anos. Aprovámos recentemente o Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (ICAD), que irá substituir em 2024 o SICAD-Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências e as DICADs. O novo modelo de governação de cuidados do SNS na vertente do tratamento.

Porquê esta referência ao ICAD, o novo Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, hoje, na conferência Exposição à Canábis na Adolescência e Saúde?

Porque um dos desafios do ICAD será justamente atualizar e reforçar uma estrutura que se construiu em torno do consumidor de heroína, estrutura que terá agora de continuar a ser capaz de trabalhar com esse consumidor, em alguns casos mais envelhecido, e, em simultâneo, dar também uma boa resposta a um novo perfil de consumidores e substâncias, reforçar a ação na área do álcool, e conseguir oferecer serviços atrativos para os mais jovens.

E porque simultaneamente estamos a tentar “arrumar a casa”, rever acordos, adequar a dotação de recursos humanos e de práticas, e até de instalações. E assim tornar-nos mais capazes para responder a este e outros desafios.

O caminho que Portugal tem feito na área das dependências deve orgulhar-nos. Somos exemplo a nível nacional e internacional em muitas matérias. As dúvidas que temos são acompanhadas por muitos outros países, mas temos um trabalho no terreno, de abertura e diálogo, que nos impele a agir com segurança. Agir não é apenas uma opção, é uma obrigação política que começa no reforço das instituições a quem devemos muitos dos resultados alcançados. É esse o caminho que temos feito e que queremos continuar a percorrer com o apoio de todos. Muito obrigada.

FENTANIL, O OPIOIDE QUE SE TORNOU UMA EPIDEMIA



O fentanil é uma droga sintética até cinquenta vezes mais potente que a heroína e cem vezes mais contundente que a morfina. Nos Estados Unidos, seu consumo está causando estragos. Em 2021, mais de 70 mil americanos morreram de overdoses dessa substância. Isso é mais do que as baixas causadas pela Guerra do Vietname e pelo Afeganistão juntas.

O fentanil tornou-se a principal ameaça à segurança interna do país mais poderoso do mundo. Até o momento, deixou mais de um milhão de mortos.

Esse opiáceo penetrou nas ruas nos anos 90 e durante a pandemia se expandiu na velocidade da luz. Tanto que os camelos não conseguem controlar a dose exata para não sangrar sua clientela. Em 2022, 110 mil americanos morreram nas mãos do fentanil. Dois mil por semana. Duzentos e oitenta e cinco óbitos por dia. Naquele ano, a DEA apreendeu mais de cinquenta milhões de comprimidos falsificados e quatro mil e quinhentos quilos de fentanil em pó, o equivalente a mais de 000 milhões de doses potencialmente letais. Foi mais do que suficiente para dizimar toda a população do país.

No início dos anos 90, os colombianos importavam a substância para a China, mas o governo de Xi Jinping a proibiu em 2019. Àquela altura, os mexicanos já haviam se tornado os grandes produtores e distribuidores de fentanil (fetty, na gíria). Primeiro vendiam em pó, depois em comprimidos. O negócio era suculento: com 800 dólares você ganha um quilo de fentanil, que busca um lucro de cerca de um milhão de dólares. Cada dose, cada comprimido, pode ser obtido por três euros. Além disso, usam a substância para cortar outras drogas, como cocaína ou metanfetamina, o que intensifica seu efeito. As pessoas acabam viciadas em algo que nem sabem que está tomando. Porque o fentanil causa uma dependência selvagem. Foi assim que os narcotraficantes mexicanos inundaram o país vizinho com uma droga cujo mercado negro controlam em qualquer ponto da cadeia, desde a produção até a venda final.

No entanto, os narcos tinham um aliado diligente sem querer. No final da década de 1990, a Purdue Pharma recomendou que os médicos usassem a droga conhecida como OxyContin (cloridrato de oxicodona). Essa recomendação foi acompanhada de diferentes incentivos (viagens de luxo para ver em primeira mão sua fabricação, presentes

AS OVERDOSES DE FENTANIL JÁ MATARAM MAIS PESSOAS NOS ESTADOS UNIDOS DO QUE AS VÍTIMAS DAS GUERRAS NO VIETNAME E AFGANISTÃO JUNTAS

DESDE QUE FOI INTRODUZIDO NA DÉCADA DE 90 NO MERCADO DE DROGAS ILEGAIS E PRESCRIÇÕES MÉDICAS, O FENTANIL TORNOU-SE UM DOS PROBLEMAS DOMÉSTICOS MAIS SÉRIOS NOS EUA.

que não passariam nos testes éticos mais frouxos, etc.). Foi uma campanha agressiva que convenceu muitos profissionais médicos de que quase não tinha efeitos de dependência e que seus benefícios eram quase milagrosos. A família Sackler, dona da farmacêutica, escondeu traiçoeiramente a dependência gerada pelo medicamento, causando a morte de milhares de pacientes e jogando outros no mercado negro quando as receitas deixaram de ser prescritas. Ela foi levada à Justiça e condenada a pagar US\$ 6 bilhões, principalmente a governos locais e estaduais, embora nenhum dos membros tenha ido para a cadeia.

O setor privado assume o sistema de saúde norte-americano, concedendo enorme autonomia a cada centro na prescrição dessas substâncias. Sem uma boa organização, os centros de saúde podem se tornar (como fizeram com o OxyContin) o maior fabricante de junkies.

A crise do fentanil abala tanto a sociedade que a Netflix lançou uma minissérie em seis partes, *Lethal Medicine*, sobre o assunto, estrelada por Matthew Broderick. Anteriormente, o Disney+ produziu seu próprio, *Dopesick: A History of an Addiction*, e a HBO fez um documentário de seu projeto, *The Crime of the Century*.

A situação é tão grave que a Casa Branca anunciou um plano para combater esta epidemia, cujo eixo é trabalhar com parceiros internacionais para interromper o comércio ilegal desta droga.

Ele planeja fortalecer a coordenação e o compartilhamento de informações entre as agências de inteligência e a aplicação da lei no país, bem como intensificar o envolvimento com o setor privado e aumentar a proteção do sistema financeiro dos EUA contra o abuso por traficantes de drogas.

O fentanil também é a arma por excelência dos republicanos contra Joe Biden, embora tenha sido na era Trump, quando a droga acampou livremente em todo o país. Onde há mais entendimento entre democratas e republicanos é para fechar as brechas para as drogas sintéticas, uma questão que agora está sendo debatida no Congresso. Recentemente, *Narcan*, um medicamento que reduz a abstinência de fentanil, começou a ser comercializado. No momento, é necessária receita médica, mas a FDA (Food and Drug Administration dos EUA, na sigla em inglês) acaba de aprovar sua venda gratuita em farmácias (a cinquenta dólares a dose).

De onde vem o fentanil

Devemos a descoberta do fentanil sintético ao cientista belga Paul Janssen. A droga, mais barata e eficaz que a morfina, passou a ser utilizada em cirurgias cardíacas. A Janssen abriu um enorme laboratório na China para fabricar a substância lá.

O fentanil atua em áreas específicas do cérebro para reduzir a dor. É eficaz em dor crônica, oncológica ou não, e em pacientes terminais. Pode ser administrado em adesivos (cujos efeitos levam até doze horas para aparecer), comprimidos sugadores, com aerossóis e por via intravenosa. Também é usado em anestesia geral. Mas suas doses são, nesses casos, controladas (nunca ultrapassando cem microgramas). Seus efeitos duram entre doze e vinte e quatro horas.

O comércio ilegal de fentanil é principalmente em forma de pílula, mas também em forma de pó. A dose equivale a alguns grãos de sal, mas pode ser letal. Enquanto a sensação de euforia e bem-estar se manifesta quase que imediatamente, um pequeno excesso (estamos falando de quantidades que cabem na ponta de uma caneta) obstrui as vias aéreas causando a morte.

O uso repetido de fentanil produz alterações cerebrais conhecidas como neuroadaptações, ou seja, uma dose maior é cada vez mais necessária para obter o benefício desejado, de modo que o risco de overdose é praticamente completo, uma vez viciado.

A Espanha é o terceiro país do mundo no consumo de fentanil, atrás dos Estados Unidos e da Alemanha, mas quase inteiramente é prescrito por um médico para aliviar dores muito intensas e sua prescrição é revisada a cada três meses.



(Ester Peñas – ETHIC)

UMA CAMPANHA DE MARKETING AGRESSIVA CONVENCEU MUITOS PROFISSIONAIS MÉDICOS DE OXYCONTIN TINHA EFEITOS VICIANTES

O TRÁFICO DE METANFETAMINAS NO AFGANISTÃO E ARREDORES EXPANDE-SE RAPIDAMENTE À MEDIDA QUE O COMÉRCIO DE HEROÍNA ABRANDA

O tráfico de metanfetaminas no Afeganistão e nos países vizinhos está a aumentar, com um aumento drástico de quase doze vezes nas apreensões da droga em cinco anos, de 2,5 toneladas em 2017 para 29,7 toneladas em 2021, de acordo com um relatório publicado no dia 10 de setembro pelo Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e a Droga. Crime (UNODC).

As conclusões do UNODC sugerem ainda que o tráfico de heroína continuou, embora a uma taxa mais baixa, depois de os talibãs terem regressado ao poder em agosto de 2021 e introduzido uma proibição de drogas em Abril de 2022. O tráfico de metanfetaminas, no entanto, intensificou-se desde a proibição, indicando uma rápida expansão do tráfico de heroína. o fabrico da droga e uma possível remodelação dos mercados de drogas ilícitas, há muito dominados pelos opiáceos afegãos.

“O aumento do tráfico de metanfetaminas no Afeganistão e na região sugere uma mudança significativa no mercado de drogas ilícitas e exige a nossa atenção imediata. A coordenação regional que visa o desvio e o contrabando de precursores químicos é essencial para impedir a expansão contínua do fabrico ilícito de metanfetaminas no Afeganistão e arredores.” disse a Sra. Ghada Waly, Diretora Executiva do UNODC.

“Este novo relatório do UNODC visa fornecer à comunidade internacional informações vitais para enfrentar a crescente ameaça das drogas sintéticas”.

Foram comunicadas apreensões de metanfetaminas de origem suspeita no Afeganistão em locais tão distantes como a União Europeia, o Próximo e Médio Oriente, o Sudeste Asiático e a África Oriental.

O relatório, Compreendendo a fabricação ilegal de metanfetaminas no Afeganistão, analisa os diferentes precursores usados para produzir a droga. A cobertura da suspeita de fabrico de metanfetaminas no Afeganistão tem-se centrado frequentemente na utilização da planta éfedra, que cresce abundantemente na região e contém efedrinas que podem ser extraídas para produzir a droga. Embora seja mais barato de utilizar a curto prazo, a grande quantidade de éfedra necessária, as colheitas pouco fiáveis e o trabalho intensivo envolvido tornam improvável que o comércio de metanfetaminas em rápida expansão no Afeganistão possa depender apenas da planta de éfedra.

Os medicamentos para a constipação comum e os produtos químicos industriais são mais eficientes e rentáveis para o fabrico de metanfetaminas e, portanto, representam uma ameaça muito maior, alerta o relatório.

Esses produtos químicos são produzidos legalmente e comercializados em grandes quantidades na região e podem ser acessíveis aos produtores de metanfetaminas. A ênfase na éfedra corre o risco de minar as respostas eficazes da aplicação da lei, que precisam de ser coordenadas a nível regional e centrar-se na prevenção e na redução do desvio e do contrabando de precursores químicos a granel.

Diferentes regiões e países são afetados por diferentes níveis de tráfico de heroína e metanfetamina. Globalmente, o Sudoeste Asiático foi identificado como tendo um papel de transbordo de metanfetaminas para os mercados grossistas subsequentes, enquanto o Sudeste da Europa mantém um importante papel de transbordo no tráfico de heroína para o principal mercado da Europa Ocidental e Central.



“PÓ DE MACACO” A DROGA QUE ESTÁ A PREOCUPAR AS AUTORIDADES BRITÂNICAS

A droga pode causar alucinações e psicose.

A cidade de Stoke-on-Trent, situada no centro de Inglaterra, tornou-se conhecida como um ponto de acesso a uma droga chamada “pó de macaco”, com os residentes cada vez mais frustrados com a situação. À medida que as autoridades locais injetam dinheiro na investigação para resolver o problema, cresce o debate sobre a revisão do impacto da droga na saúde das pessoas.

Os peritos afirmam que a droga também foi apreendida em grandes quantidades noutros locais da Europa.

O que é o “pó de macaco”?

O “pó de macaco”, também designado por “pó de zombie”, é um termo utilizado no Reino Unido para designar esta droga estimulante. É constituído por diferentes catinonas sintéticas (semelhantes às anfetaminas), que aceleram as mensagens entre o cérebro e o corpo. O “pó de macaco” é uma droga barata, alegadamente vendida por cerca de £20 (€23) por grama e provoca efeitos semelhantes aos da cocaína e da MDMA.

A sua popularidade aumentou por ser mais barata e provocar efeitos mais prolongados do que outras drogas. Vendida sob a forma de um pó branco, os consumidores snifam, fumam ou injetam a droga. Cada lote da droga é diferente, o que torna difícil saber o seu conteúdo efetivo. Segundo um órgão de comunicação social do Reino Unido, a droga terá sido importada da China.

Qual o impacto do “pó de macaco”?

“É um mito que o “pó de macaco” transforma as pessoas em zombies, no entanto, pode fazer com que se tornem impulsivas e erráticas”, disse Nuno Albuquerque, conselheiro de dependências no Centro de tratamento de Dependências do Reino Unido, à Euronews Next.

“Os utilizadores podem sentir que têm superpoderes e um pico de adrenalina”, acrescentou. Os consumidores de “pó de macaco” também sentem efeitos secundários de paranoia e aumento da agitação, o que pode levar a comportamentos violentos.

A droga tem sido utilizada por indivíduos que sofrem de dependências cruzadas. “Tenho visto pacientes que tomam “pó de macaco” juntamente com outras anfetaminas, alguns também têm vícios sexuais”, disse Albuquerque.

Haverá realmente uma “epidemia” de “pó de macaco” no Reino Unido?

“A droga começou a crescer em popularidade de 2017 a 2018 como uma alternativa mais barata à cocaína”, diz Albuquerque, que identifica dois fatores que influenciaram a prevalência da droga na cidade de Stoke-on-Trent.

“A cidade está situada numa região de trânsito, o que a torna um alvo fácil para os traficantes de droga. Está também localizada numa zona desfavorecida, o que criou um mercado para drogas baratas como o “pó de macaco”, afirmou.

A cidade está entre as áreas mais carenciadas do Reino Unido, de acordo com a Public Health England.

“Estamos conscientes do problema na nossa cidade e, como autoridade local, estamos empenhados em enfrentar estes desafios”, disse Desiree Elliott, vereadora de Stoke-on-Trent, num comunicado partilhado com a Euronews Next.

“Os nossos esforços incluem uma abordagem alargada com os nossos principais parceiros”, sublinhou.

O que está a ser feito para resolver o problema?

Os residentes de Stoke-on-Trent estão cada vez mais cansados da situação. Um relatório da Universidade de Staffordshire sublinha o “impacto extremamente negativo [da droga] nos habitantes e na zona”.

Esta investigação foi financiada pela nova estratégia do governo em matéria de droga, que concedeu à Câmara Municipal de Stoke-on-Trent mais de cinco milhões de libras para melhorar o tratamento da toxicod dependência e do álcool.

Em maio, o governo britânico lançou também uma análise independente sobre o “pó de macaco”.

Segundo a legislação atual, o “pó de macaco” é uma droga de classe B e o seu fornecimento é punível com 14 anos de prisão. No entanto, o deputado conservador local Jack Brereton tem estado a fazer campanha para que a droga passe para a classe A.

“O “pó de macaco” é uma droga horrível que tem um impacto devastador na vida de quem a consome e que está a destruir vidas em Stoke-on-Trent”, afirmou.

As forças policiais locais estão abertas à possibilidade de reclassificar a droga.

“Apoiamos a reclassificação das catinonas sintéticas, que incluem o “pó de macaco”, da classe B para a A, o que protegerá as pessoas dos malefícios destas drogas”, afirmou Rob Hessel, inspetor-chefe da polícia local de Staffordshire.

O pó de macaco existe noutros locais da Europa?

O pó de macaco não existe apenas no Reino Unido. Os mesmos tipos de estimulantes começaram a surgir em toda a Europa a partir de 2013.

“No ano passado, os Estados-Membros da UE comunicaram a apreensão de 30,5 toneladas de novas substâncias psicoativas, 87% das quais eram novas catinonas sintéticas”, disse Michael Evans-Brown, gestor de projeto do Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência ao Euronews Next.

No entanto, a regulamentação destas drogas é uma missão complexa, uma vez que “os componentes da droga são alterados frequentemente, o que os produtores fazem para contornar as proibições de substâncias específicas”, disse Evans-Brown. Apesar de se pensar que o “pó de macaco” e outras drogas semelhantes são frequentemente importadas da China, está a surgir um novo mercado. “Algumas estão agora a ser importadas da Índia”, acrescentou.



(Estelle Nilsson-Julien)

ENTREVISTA COM JOÃO SALGADO, VICE-REITOR DA UMAIA:

“AINDA NÃO EXISTE SENSIBILIDADE SUFICIENTE PARA APROVEITAR O GRANDE POTENCIAL DOS PSICÓLOGOS QUE TEMOS”

Que importância poderá assumir a digitalização na intervenção em saúde, em particular para os psicólogos? Terá algo de humano ou de desumano?

João Salgado (JS) – Nós podemos utilizar uma série de ferramentas digitais para auxiliar a intervenção psicológica e a ideia é que, se forem bem utilizadas, se pode tornar tudo ainda mais humano. Algumas ferramentas permitem, por exemplo, fazer intervenção à distância e temos o recente episódio da pandemia, em que as consultas por teleconferência ficaram muito popularizadas. Embora já existisse essa possibilidade previamente, o recurso à mesma generalizou-se dada a necessidade que tivemos na altura. E são particularmente úteis para pessoas que têm dificuldades em deslocar-se ou que vivem em regiões geográficas em que não existem determinados tipos de especialidades. Existem ainda depois outros tipos de ferramentas: por exemplo, podemos utilizar aplicações móveis ou alguns programas de computador que nos permitem interagir com pacientes que, eventualmente, possam beneficiar desses meios. Uma das soluções que já testámos e experimentámos, por exemplo, foi com pessoas com depressão, procurando reduzir o número de consultas recorrendo a algumas dessas ferramentas e chegámos à conclusão de que é possível termos resultados muito benéficos e positivos apenas com dez sessões de psicoterapia presencial.

Falamos com um professor universitário de Psicologia... e onde fica o contacto e a humanização nesta relação psicólogo-paciente? Não se perde algo?

JS – O contacto transforma-se... ou pode transformar-se... Vou dar-lhe um ponto de comparação: há uns anos, íamos para o estrangeiro e, para comunicarmos com os nossos familiares, tínhamos o telefone, escrevíamos cartas e pouco mais; hoje, conseguimos estabelecer a comunicação por videoconferência, por telemóvel, por SMS... isto significa que a nossa relação com essas pessoas ficou desumanizada? Não, ela transformou-se, assim como o impacto da própria distância física; portanto, num certo sentido, podemos utilizar estas ferramentas de uma forma humana e humanizadora. Também é verdade que, por vezes, em momentos de suposto convívio familiar, estão quatro ou cinco pessoas, cada um com o seu ecrã. O mesmo nos momentos de recreio das crianças na escola... estão às vezes com o seu telemóvel e pouco conversam, o que também pode afetar negativamente a qualidade das relações. Diria que é um perigo geral que temos na nossa sociedade, e que a boa utilização destas ferramentas tecnológicas nos irão obrigar a uma série de transformações para responder adequadamente aos desafios que temos à nossa frente. Não nego a existência desse

perigo, mas creio que melhor do que demonizar a ferramenta em si deveremos acautelar as formas de as utilizar.

Em que medida poderão também estas ferramentas resultar numa solução para a estimulação cognitiva dos pacientes?

JS – Também, nalguns casos, nomeadamente para os idosos ou em situações de declínio cognitivo, têm sido desenvolvidas aplicações digitais que podem ser usadas para a estimulação e eventualmente até reabilitação. Mas podem ser usadas também em perturbações de humor, como a a depressão. Algo que muitas vezes fazemos nalguns modelos terapêuticos consiste em aumentar o nível de atividades que as pessoas têm, no sentido de se sentirem mais capazes, com mais mestria e envolverem-se em atividades que lhes proporcionam mais prazer. Isto pode ser feito com recurso à calendarização de algumas atividades, com alguns registos que as pessoas vão fazendo durante a semana. Com as ferramentas digitais, conseguimos fazê-lo online e, inclusivamente, ter alguma troca de mensagens durante a semana com o psicólogo e até potenciar a incrementação e não a diminuição destes contactos. Por outro lado, além das intervenções à distância, temos também intervenções blended, ou seja, misturadas, em que temos alguns elementos que são feitos à distância e outros presenciais. É possível fazer esta terapia combinada entre elementos presenciais e à distância e, num grande número de situações será o recomendado.





A Psicologia é uma ciência recente. Em Portugal tem 15 anos... o que mudou ao longo deste período?

JS – A Ordem dos Psicólogos tem 15 anos, as primeiras faculdades estatais foram criadas nos anos 70, mas já existia o ISPA, desde os anos 60, em Lisboa... apesar das dificuldades colocadas pelo antigo regime ao desenvolvimento das ciências sociais, há uma história prévia à Ordem dos Psicólogos e que levou à sua instituição. Mas não deixa efetivamente de ser uma história recente e houve países que estavam já quase com 100 anos de avanço quando nós começámos a dar os primeiros passos. Mas acho que temos recuperado esse espaço muito rapidamente e, atualmente, em muitos setores da nossa atividade, as nossas melhores práticas não ficam distantes daquelas que encontramos ao nível de outros países da Europa.

É uma ciência subaproveitada?

JS – É e continua a ser uma ciência subaproveitada. Temos um grande potencial humano, com vários milhares de psicólogos formados neste momento, potencial esse que poderia ser melhor aproveitado. Há muito por fazer ao nível da saúde, da saúde mental ou mesmo no mundo empresarial, contextos em que pode haver um contributo por parte dos psicólogos e das psicólogas, mas ainda não existirá sensibilidade ou oportunidades suficientes em muitos casos para o aproveitar adequadamente.

Ainda persiste aquela visão de que o problema da saúde mental se resume à vertente psiquiátrica?

JS – Creio que houve uma mudança global na perspetiva... o problema é que temos um sistema de saúde já tomado por outro tipo de despesas. Acho que os psiquiatras são os primeiros a perceber que a saúde mental não se pode resumir à psiquiatria. Mas estamos muito longe de conseguir injetar no sistema todos os recursos e procedimentos que seriam necessários para melhores serviços dedicados à saúde mental em Portugal. Parece-me que existe um grande esforço por parte das pessoas, das instituições e do estado no sentido de começar a dar mais importância à saúde mental mas continua a ser difícil.

É através dos olhos que os psicólogos “veem” os doentes?

JS – Mais do que olhar, temos que ouvir. Uma das coisas que muitos psicólogos mais valorizam no processo de estar com as pessoas é a voz do outro, porque esta comunica muito acerca do que se tem à própria experiência, a voz comunica muito sobre o seu estado emocional e como a pessoa acede a esse estado emocional... Em suma, não é só olhar: é ver e sobretudo escutar, estar com o outro. E isso é muitas vezes invisível aos olhos, parafraseando Saint-Exupéry.

DIA NACIONAL DO PSICÓLOGO

A Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) entregou, na Assembleia da República, um pedido para decretar o dia 4 de setembro como o “Dia Nacional do Psicólogo”.

Com esta iniciativa, esta data, que assinala igualmente a criação da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) através da Lei 57/2008 de 4 de setembro, passará a ser reconhecido como o dia dos Psicólogos portugueses, sendo esta mais uma forma de dar a conhecer o objeto de estudo da Psicologia e o papel dos Psicólogos na sociedade e em diferentes áreas de atuação, junto de variados grupos populacionais e contextos (escolas, centros de saúde, centros comunitários e outros). A OPP pretende ainda que este seja mais um reconhecimento público da importância social da profissão e da aplicação das ciências psicológicas para o bem-estar dos portugueses, para a prevenção e desenvolvimento das pessoas, com vista a uma maior coesão social e desenvolvimento sustentável. Refira-se que o dia 27 de agosto, que tem sido comemorado em Portugal como o “Dia do Psicólogo”, tem origem no Brasil, uma vez que assinala a data da regulamentação desta profissão neste país. Esta iniciativa pretende assim instituir este novo dia, em Portugal.



MINISTRO DA SAÚDE PRESIDIU À SESSÃO COMEMORATIVA ORGANIZADA PELA ORDEM DOS PSICÓLOGOS.



“A saúde mental foi durante muitos anos um parente menos favorecido, mas estamos a atalhar caminho”, garantiu o Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, nas comemorações do Dia Nacional do Psicólogo, num evento organizado pela Ordem dos Psicólogos, que decorreu esta segunda-feira, dia 4 de setembro, no Porto. Na sessão, sob o mote “O Fator Humano na Transição Digital”, o Ministro prometeu colocar as tecnologias ao serviço da equidade e da proximidade.

O governante salientou que a pandemia da Covid-19 nos trouxe problemas e desafios acrescidos na área da saúde mental, mas também afirmou que a pandemia teve o mérito de colocar na agenda esta temática, eliminando-se o estigma de falar sobre o tema.

Depois, enunciou vários dados que comprovam que a saúde mental é um desafio transversal aos vários estados e que merece uma resposta forte e coordenada. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a depressão é o problema de saúde mais prevalente na União Europeia, afetando cerca de 50 milhões de pessoas. As estatísticas revelam ainda que 11% da população irá sofrer um episódio depressivo ao longo da vida e que essa é a segunda maior causa de incapacidade.

A OCDE diz-nos que o impacto das doenças mentais no PIB europeu é de aproximadamente 4,2%, considerando custos diretos de tratamento e custos indiretos associados ao emprego e à produtividade.

Dados da Ordem dos Psicólogos, de 2021, estimavam que em Portugal 2,3 milhões de cidadãos necessitassem de apoio psicológico.

Para Manuel Pizarro, é essencial que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) faça uma “abordagem mais precoce” aos problemas de saúde mental, independentemente do nível de cuidados a que acede o doente. Defendeu, ainda, que a resposta tem de envolver as várias profis-

sões, lembrando que há vários graus de gravidade e que, por isso, nem todas as pessoas precisam de respostas mais diferenciadas.

O governante garantiu que o país tem dado passos determinantes na reforma da saúde mental, dando vários exemplos, como: a aprovação do decreto-lei nº 113/2021 que reformulou a organização dos serviços locais de saúde mental; a nova Lei de Saúde Mental (Lei 35/2023, de 21 de julho), que entrou em vigor a 20 de agosto de 2023, e que é sobretudo uma lei sobre respeito pelos direitos humanos e pela dignidade da pessoa; e as verbas do Plano de Recuperação e Resiliência, de 88 milhões de euros para a saúde mental, que estão a concretizar esta reorganização, desde logo com a criação de 20 equipas comunitárias para adultos e crianças e jovens – este ano serão criadas 10.

O Ministro da Saúde considera que as respostas na comunidade são prioritárias para chegar a mais pessoas e para não perpetuar o estigma. Sobre o tema da conferência, salientou que a tecnologia pode ser muito positiva nos cuidados de saúde, acelerando processos e criando respostas. Mas asseverou que é prioridade da tutela que as tecnologias sejam promotoras de equidade e acesso, rejeitando soluções que se tornem barreiras. “Temos de garantir que a digitalização é feita a favor dos seres humanos e da proximidade e que é um instrumento para combater as desigualdades.”, insistiu.

“A tecnologia é um instrumento e não um fim em si mesmo”, acrescentou Manuel Pizarro, que terminou a sua intervenção a salientar o papel determinante dos psicólogos no SNS e na sociedade portuguesa e comprometendo-se a reforçar as respostas públicas nesta área e as oportunidades para os psicólogos no SNS, nomeadamente em termos de estágios e de agilização dos concursos.



ESCRITÓRIO DA OMS EM PORTUGAL

Porto acolheu 2º simpósio da Organização Mundial da Saúde dedicado ao futuro digital

O Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, assinou terça-feira, dia 5 de setembro, uma carta de intenções com o diretor regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para Europa, Hans Kluge, para instalar em Portugal, já em 2024, o primeiro escritório da OMS dedicado à tecnologia, à robótica e ao empreendedorismo em saúde. A assinatura decorreu no Porto, durante o 2º simpósio da OMS sobre o futuro digital.

Na conferência de imprensa conjunta, o Ministro da Saúde salientou que os países enfrentam desafios comuns neste setor, como a escassez de recursos humanos, defendendo que só a união entre os vários estados permitirá responder com sucesso e encontrar as melhores soluções.

Neste contexto, Manuel Pizarro manifestou a satisfação de Portugal por poder receber o primeiro escritório da OMS dedicado à temática da tecnologia e do empreendedorismo em saúde, sublinhando a capacidade e o conhecimento do país nesta área, em que poderá trabalhar de forma mais intensa e contribuir com conhecimento para toda a Europa.

Da prescrição desmaterializada, passando pelas teleconsultas, pela Linha SNS24 e por medidas como a desburocratização das baixas até três dias, foram vários os exemplos avançados pelo Ministro da Saúde de reformas bem-sucedidas em Portugal e que podem ajudar outros países.

O governante afirmou que a digitalização é crucial para a transformação dos sistemas de saúde e para o desenho de respostas que vão ao encontro das necessidades e expectativas das pessoas. “Temos que investir na digitalização, mas não perdendo o foco de que na sociedade, no seu conjunto, e no SNS, em particular, são as pessoas que estão no centro”, disse.

Para Manuel Pizarro, a tecnologia deve aproximar as pessoas e ser fator de equidade. “A transição digital não pode deixar parte da sociedade para trás”, disse, defendendo a importância da regulação e assegurando que “a tecnologia manterá os valores de sempre do nosso sistema de saúde. Esses valores, do acesso universal e da equidade, não são negociáveis”, asseverou.

O Ministro da Saúde já tinha firmado, em fevereiro, em Copenhaga, um compromisso para instalar em Portugal este escritório. A declaração conjunta foi assinada após uma reunião de trabalho entre a comitiva ministerial portuguesa e o diretor regional da OMS para a Europa, focada na promoção do acesso universal e equitativo à saúde.

A criação deste escritório em Portugal representa um passo importante na ação da OMS a nível internacional, e de um modo especial na região europeia, uma vez que a implementação de tecnologias de saúde, acompanhada de programas de literacia digital, contribuirá de um modo decisivo para a modernização dos serviços de saúde, garantindo acesso a cuidados de saúde mais inovadores que respondam às necessidades da população, especialmente dos mais vulneráveis. Para a concretização deste acordo contribuíram as vantagens estratégicas de Portugal e a vocação empreendedora e inovadora do País, objeto de diálogo ao longo dos últimos meses com a OMS/Europa.



GOVERNO QUER COMBATER A EPIDEMIA DO TABACO



Secretária de Estado da Promoção da Saúde apresentou proposta de lei aos grupos parlamentares

A Secretária de Estado da Promoção da Saúde, Margarida Tavares, iniciou em setembro, na Assembleia da República, reuniões de apresentação da proposta de lei n.º 88/XV, que transpõe a Diretiva Delegada (UE) 2022/2100 e reforça normas tendentes à prevenção e controlo do tabagismo.

Margarida Tavares sublinhou a posição de abertura e de transparência do Governo na apresentação desta revisão legislativa aos deputados, manifestando total disponibilidade para responder a todos os pedidos de esclarecimento sobre o diploma e respetiva fundamentação.

Na primeira ronda de reuniões, a Secretária de Estado foi recebida pelos grupos parlamentares do PS, PSD, Chega e IL.

“O tabaco é o único produto que mata metade dos consumidores quando utilizado exatamente como é suposto”, afirmou Margarida Tavares, citando uma recente declaração do diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) no 9º relatório da OMS sobre a epidemia global do tabaco, publicado em julho. “É uma realidade que nos impressiona”, vincoou.

“Com esta nova lei, pretendemos proteger os não fumadores da exposição ao fumo ambiental do tabaco, desincentivar a iniciação do consumo dos produtos do tabaco e promover e apoiar a cessação tabágica”, salientou a Secretária de Estado, indicando que o objetivo de alcançar uma geração livre de tabaco em 2040 visa uma meta concreta, vertida no Plano Europeu de Luta contra o Cancro. “O objetivo é chegarmos a 2040 com uma prevalência de consumo de tabaco inferior a 5% da população (atualmente ronda os 17%). Significará que não temos novas gerações de jovens a fumar”, clarificou.

“Queremos que as crianças presenciem cada vez menos o ato de fumar para que não seja compreendido como normal”, acrescentou.

A par desta revisão legislativa, Margarida Tavares defendeu a necessidade de aumentar a oferta de consultas de cessação tabágica, particularmente afetadas durante os anos de pandemia por estarem, em alguns casos, integradas nas consultas de pneumologia, especialidade muito envolvida na resposta à COVID-19, explicou. “Desde 2021 temos um aumento de consultas, mas queremos que sejam muito mais e por isso vamos criar um programa especial nesta área, que está a ser preparado com a Direção Executiva do SNS”.

2º ENCONTRO DE PROFISSIONAIS DE CAD 2023 - ABERTAS AS INSCRIÇÕES



“Construir o futuro, edificar uma nova Identidade” é o tema deste encontro que vai ter lugar nos dias 10 e 11 de outubro, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

Junte-se a nós e faça parte de um momento importante para a área dos CAD em Portugal.

A participação é gratuita.

DIA INTERNACIONAL DA SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A OVERDOSE



MANUEL CARDOSO SUBDIRETOR-GERAL DO SICAD ACOMPANHOU DIVERSAS AÇÕES EM LISBOA

No Dia Internacional da Sensibilização sobre a Overdose (31 de agosto), decorreram em Lisboa diversas ações a assinalar esta data. O SICAD, na pessoa do seu subdiretor-geral, Manuel Cardoso, marcou presença nas atividades desenvolvidas.

A carrinha do Programa de Consumo Vigiado Móvel, a Unidade Móvel de Metadona do Programa de Substituição em Baixo Limiar de Exigência, o Encontro Comunitário sobre intervenção em overdose e administração de Naloxona, protagonizado por técnicos e utilizadores de drogas, e as instalações do GAT (Grupo de Ativistas em Tratamento), em Lisboa, mereceram a atenção do responsável do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

A sensibilização sobre a overdose abrangerá ainda, entre 4 e 10 de setembro, a Exposição do Memorial sobre este tema, construído esta semana pelas equipas da associação CRESCER e pelas pessoas acompanhadas nos diversos projetos.

MOVIJOVEM: RETRATO DA POPULAÇÃO JOVEM PORTUGUESA

A Movijovem, entidade que gere as Pousadas da Juventude e promove o Cartão Jovem, realizou um inquérito aos jovens que vivem em Portugal que inclui, na área da saúde, os comportamentos aditivos e dependências. O estudo revela um consumo assumido de substâncias psicoativas, em particular as bebidas alcoólicas, o tabaco e a canábis, sendo que o seu nível mais elevado ocorre entre os 20 e 24 anos, em qualquer uma destas substâncias. O consumo de álcool é esporádico para 45% dos jovens. O consumo de tabaco é diário para 34%, e a canábis é referida como tendo sido experimentada uma vez por 50% dos jovens.

Enquadrado no II Plano Nacional para a Juventude, na ação que visa promover a utilização do Cartão Jovem e ampliar as vantagens aos seus utilizadores este inquérito, cuja estratégia de recolha de respostas implementada pela Movijovem se iniciou no Verão de 2022, abrangeu quatro grupos etários: 12-14; 15-19; 20-24; 25-29 (30) anos, com 5.137 respostas utilizadas para a análise.



CONFERÊNCIA EM CALI: COLÔMBIA DISCUTE “WAR ON DRUGS”

Realizou-se em Cali, na Colômbia, entre 7 a 9 de setembro a “Conferência da América Latina e das Caraíbas sobre Droga: para a vida, a paz e o desenvolvimento”, com o objetivo de repensar a política de luta contra as drogas baseada na “war on drugs”.

João Goulão, diretor-geral do SICAD, participou no painel “Derechos Humanos, prevención, salud pública, educación y juventud” através de uma mensagem previamente gravada, tendo reforçado que Portugal reconhece o consumo de drogas como um problema de saúde e o consumidor como uma pessoa que precisa de ser tratada e não punida.

Sublinhou também “a importância de colocar os direitos humanos no centro das políticas de luta contra as drogas, o que permitirá obter resultados efectivos e duradouros, não só para as pessoas que consomem drogas, mas também para as suas famílias e para a sociedade em geral, melhorando o acesso à saúde e aos cuidados sociais, reduzindo simultaneamente os danos causados pelo consumo e diminuindo o estigma”.

A conferência foi organizada pelo governo da Colômbia.

COMPORTAMENTOS ADITIVOS AOS 18 ANOS: CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS



Em cada 10 jovens de 18 anos (prevalências nos 12 meses anteriores), 9 beberam álcool, 5 fumaram tabaco, 3 consumiram pelo menos uma vez uma substância ilícita, principalmente a canábis, seguida por substâncias estimulantes como as anfetaminas/metanfetaminas e a cocaína. Com exceção para o álcool e o tabaco, estes consumos tendem a suceder com uma frequência inferior a 10 ocasiões no ano.

Estes são os dados revelados pelo relatório “Comportamentos Aditivos aos 18 anos: consumo de substâncias psicoativas - inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional 2022”.

No mesmo documento, e no que diz respeito ao álcool, fica a saber-se que em cada 10 jovens, 6 a 7 referem ter-se embriagado ligeiramente pelo menos uma vez nos 12 meses anteriores, 5 beberam de forma binge e 3 a 4 embriagaram-se severamente.

Cerca de 2 em cada 10 jovens declararam ainda ter experienciado pelo menos um de sete problemas apresentados no questionário, atribuídos ao consumo de bebidas alcoólicas ou de substâncias ilícitas. O principal problema selecionado consistiu nas situações de mal-estar emocional.

Segundo este relatório, entre 2015 e 2022 os consumos têm, predominantemente, aumentado (por exemplo, o consumo de cocaína e a embriaguez), embora alguns tenham diminuído (por exemplo o consumo de tabaco).

Comportamentos Aditivos aos 18 anos. Inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional é um projeto de investigação e monitorização que assenta num inquérito nacional, a todos os jovens de 18 anos, participantes no Dia da Defesa Nacional, realizado todos os anos, desde 2015, com uma interrupção em 2020, devido aos constrangimentos provocados pela pandemia COVID-19.

Trata-se de um inquérito por questionário de autopreenchimento, anónimo, que reúne um conjunto de questões básicas referentes a dois temas: consumos de substâncias psicoativas e utilização da internet. Neste âmbito, procura disponibilizar informação relativamente a padrões de utilização, formas de acesso e experiência de problemas.

Disponível em Estudos concluídos

FORMAÇÃO SICAD: CUIDADOS CULTURALMENTE COMPETENTES E INFORMADOS PARA O TRAUMA EM CAD: O TRABALHO COM MINORIAS ÉTNICAS, MIGRANTES E REFUGIADOS (MEMR)

SICAD

AÇÃO DE FORMAÇÃO ONLINE

CUIDADOS CULTURALMENTE COMPETENTES E INFORMADOS PARA O TRAUMA EM CAD: O TRABALHO COM MINORIAS ÉTNICAS, MIGRANTES E REFUGIADOS

13, 17, 18, 19, 23, 26, 30 E 31 DE OUTUBRO DE 2023

The graphic features the SICAD logo, a circular inset image of hands clasped together, and decorative geometric shapes in red and white.

Estão abertas as inscrições para a ação de formação online “Cuidados culturalmente competentes e informados para o trauma em CAD: o trabalho com minorias étnicas, migrantes e refugiados”, integrada na oferta formativa do SICAD para 2023, e que vai ter início em 13 de outubro.

Dirigida a técnicos superiores das áreas do social, da saúde e da educação, do setor público, social e privado, pretende proporcionar a reflexão e melhorar a literacia em torno das necessidades de saúde e de acesso à saúde de populações MEMR; estimular a discussão sobre o impacto de serviços culturalmente sensíveis/competentes e informados no trauma; promover e capacitar para a utilização de instrumentos de avaliação e monitorização culturalmente adequados e sua pertinência no contexto do atendimento da população em geral; e discriminar nuances de intervenção com MEMR no âmbito do tratamento, RRMD e prevenção.

Terá como formadores Ana Neto, médica psiquiatra, da Unidade de Alcoologia de Lisboa (DICAD/ARSLVT); Américo Nave, psicólogo clínico, diretor executivo e membro fundador da Associação Crescer; Dora Rebelo, psicóloga, doutorada em antropologia e investigadora no ISCTE-IUL; Adriana Curado, psicóloga e coordenadora de projetos na área das drogas no Grupo de Ativistas em Tratamentos (GAT); e Isabel Prata, psicóloga clínica, psicoterapeuta e psicanalista (DICAD/ARSLVT).

Faça a sua inscrição, gratuita



620 MIL MENORES DE 18 ANOS CONSOMEM ÁLCOOL NA ITÁLIA

Em Itália, mais de um milhão e 370 mil jovens consomem bebidas alcoólicas, dos quais 620 mil são menores entre 11 e 18 anos, o que preocupa as autoridades de saúde, indica o relatório do Observatório Nacional do Álcool (ONA), divulgado em 30 de agosto pelo site de notícias digitais Adnkrinos, que aponta que dos quase 1,4 milhões de consumidores com menos de 25 anos, 18,6% dos homens são consumidores de risco, enquanto o número entre as mulheres chega aos 12,8 pontos percentuais.

Em relação a esta questão, a diretora da ONA, Emanuele Scafato, observou que “o consumo de álcool em Itália mostra um regresso aos níveis pré-pandemia de Covid-19, embora a exposição ao risco das mulheres, tanto mais jovens como mais velhas, esteja a aumentar”.

O mesmo acontece com os menores, sublinha aquele estudo, que especifica que, dos 620 mil menores, 16,5% dos homens entre os 11 e os 17 anos são consumidores de risco, bem como 14,2% das mulheres, enquanto o consumo excessivo de álcool afeta 2,3% e 1,8% dos rapazes e raparigas, respetivamente.

Dos 18 aos 20 anos o consumo de bebidas alcoólicas atinge 72,3% e 62,2% dos homens e mulheres, respetivamente, o que mostra a disseminação desse vício nocivo, diz o estudo.

Entre os jovens de 21 a 25 anos, acrescenta, cerca de 450 mil são consumidores de risco que se embriagam regularmente, dos quais um quinto são homens e 10,9% mulheres.

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Superior de Saúde da Itália (ISS), neste país existem 36 milhões de consumidores de álcool, sendo que 77% e 56% dos homens e mulheres são considerados bebedores habituais, respetivamente.

Os especialistas em saúde estão particularmente preocupados com os 3,5 milhões de bebedores compulsivos, principalmente homens de todas as idades, dos quais 83 mil são menores, acrescenta a fonte.

CHEMSEX: O RISCO DO CONSUMO DE ÁLCOOL ASSOCIADO AO USO DE OUTRAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS DURANTE O SEXO

O termo “Chemsex” refere-se ao uso de substâncias psicoativas antes ou durante atividades sexuais para facilitar, iniciar, prolongar e intensificar o ato sexual.

O termo chemsex é derivado das palavras “chemical” (químico) e “sex” (sexo) e não possui uma tradução específica para o português. As substâncias comumente associadas ao chemsex são usadas com o propósito de desinibir e intensificar o ato sexual e incluem GHB (gama-hidroxibutirato), metanfetaminas (como a mefedrona, também conhecida como “meph” ou “M-Cat”), cocaína e estimulantes sexuais conhecidos como “poppers”. No momento, não existe uma definição consensual do termo chemsex na literatura.

Substâncias legalizadas, como o álcool, também podem ser usadas com esse propósito. Embora não haja pesquisas que relatem o uso isolado de álcool nesse contexto, há relatos na imprensa de que associar álcool ao sexo tem se tornado frequente, sobretudo entre jovens, que buscam na substância uma forma de desinibir e relaxar durante o sexo. Mas, é importante ressaltar que essa prática pode trazer alguns riscos importantes para a saúde física e mental de seus praticantes.

Uma revisão sistemática analisou 12 artigos relacionados. A chemsex indicou que a maior prevalência da prática ocorre entre a população de homens que realizam sexo com outros homens (HSH), porém não limitada a esse grupo. Em 2020, um estudo brasileiro realizado no Rio de Janeiro também mostrou que o uso de drogas ilícitas e álcool era comum entre HSH, sendo que a pontuação do ASSIST (Alcohol, Smoking, and Substance Involvement Screening Test), um questionário de triagem utilizado para avaliar o envolvimento e os problemas relacionados ao uso de álcool, tabaco e outras substâncias, foi maior em indivíduos que relataram o uso de chemsex.

O chemsex está associado a uma série de riscos à saúde, conforme descrito em vários estudos e revisões sistemáticas. O principal é uma maior probabilidade de contrair infecções sexualmente transmissíveis (como o HIV). Além disso, está relacionado a comportamentos sexuais de risco, como o não uso de preservativos e envolvimento com múltiplos parceiros. Também

é observado maior incidência de problemas relacionados à saúde mental, como depressão, ansiedade e episódios de paranoia. Algumas substâncias, como o GHB, apresentam um alto potencial de overdose e podem ser fatais quando misturadas ao álcool.

Em relação ao manejo da intoxicação aguda do chemsex, deve-se realizar uma distinção se há associação de outras substâncias como o álcool ou a presença de transtornos psiquiátricos. O tratamento deve ser abrangente, com levantamento dos objetivos do paciente, além de prover informações e educação sobre os problemas associados ao uso das substâncias ilícitas. A psicoeducação também é crucial para redução do risco de transmissão de doenças infecciosas.

A edição de abril da Revista Piauí, que também abordou este tema, menciona como os aplicativos de encontro estão facilitando a prática do chemsex. Em entrevista para a revista, a Dra. Camila Magalhães, psiquiatra e fundadora da Caliandra Saúde Mental, ressalta que os valores sociais atuais, que prezam o acúmulo e a posse, acabam tendo alguma influência no chemsex, prática que também estimula a multiplicação de parceiros. De acordo com a psiquiatra, que também observou um crescimento do abuso de outras substâncias, como a metanfetamina, “o uso contínuo [de substâncias ilícitas] causa prejuízos irreversíveis no cérebro, entre eles a morte de neurônios, mudanças no funcionamento de neurotransmissores e alteração no sistema de recompensa”. A mudança nesse sistema cerebral faz com que atividades saudavelmente prazerosas – como uma relação sexual – passem a só produzir prazer sob o efeito da droga.

Em suma, sugere-se a investigação do uso de substâncias relacionadas à atividade sexual com objetivo de receber tratamento adequado, englobando a prevenção e rastreamento de infecções sexualmente transmissíveis, sintomas psíquicos e comportamentos de risco. Mais estudos são necessários para aprimorar o conhecimento sobre a prática do chemsex, os riscos associados e as melhores formas de intervenção e cuidados para a promoção de saúde das pessoas envolvidas nesta prática.

Chemsex

“chemical” (químico) “sex” (sexo)

O termo “Chemsex” refere-se ao uso de substâncias psicoativas antes ou durante atividades sexuais para facilitar, iniciar, prolongar e intensificar o ato sexual.

Substâncias legalizadas no Brasil, como o álcool, também podem ser usadas com esse propósito.

O chemsex está associado a uma série de riscos à saúde, como:

- maior probabilidade de contrair infecções sexualmente transmissíveis
- comportamentos sexuais de risco
- maior incidência de problemas relacionados à saúde mental

CISA
Centro de Informação e Assistência Social

“DESNORMALIZAR” O CONSUMO DE ÁLCOOL E CANNABIS, JOGOS DE AZAR E TECNOLOGIAS



Gotzone Sagardui entre Javier Hurtado e Bingen Zupiria após o Conselho do BCE.

O Governo basco vai tentar “desnormalizar” o consumo de álcool e canábis, que se está a alastrar particularmente entre os jovens, mas também a dependência do jogo e do uso de tecnologias, que na maioria das vezes não têm a conceção social das dependências, apesar das graves consequências que podem ter nos indivíduos que “ficam viciados”. O ministro da Saúde, Gotzone Sagardui, explicou após o Conselho do BCE realizado na terça-feira, que o Plano de Dependência 2023-2027 tentará sobretudo criar ambientes que promovam comportamentos saudáveis para alcançar a prevenção e tentará sensibilizar a população sobre os efeitos a longo prazo destas dependências, entre as quais se inclui também o tabaco ou as drogas psicotrópicas.

O plano, que já é o oitavo lançado pelo País Basco, define um total de 58 ações prioritárias a serem desenvolvidas nos próximos quatro anos, contemplando tanto o consumo quanto os vícios com substâncias e vícios sem substância ou comportamento, incluindo jogos de azar e tecnologias. Foi desenvolvido a partir de uma perspectiva de género de forma transversal, mas também a partir de uma “perspetiva de curso de vida”. “Parte da constatação é que ao longo da vida de uma pessoa as necessidades e problemas mudam e, portanto, as estratégias e intervenções devem se adaptar a essas mudanças”, disse a conselheira.

O documento a que o Governo deu hoje a sua aprovação estabelece cinco grandes objetivos a alcançar no período de vigência do plano: evitar ou retardar o início do consumo e dos comportamentos aditivos na população, reduzir a sua prevalência, minimizar os danos que causam, reduzir as desigualdades em saúde ligadas às dependências e reduzir o estigma que lhes está associado.

Para alcançar estes resultados, serão lançados outros cinco objetivos instrumentais que devem ter uma concretização posterior, entre os quais se destaca “ativar ambientes que promovam comportamentos saudáveis e contribuam para desnormalizar o consumo de subs-

tâncias e comportamentos aditivos”, incluindo medidas estruturais para reduzir a sua disponibilidade e oferta, embora o conselheiro tenha indicado que essas medidas devem agora ser especificadas entre as diferentes instituições tendo em conta as competências que o País Basco pode ter nesta área, entre as quais o Ministro citou a educação, os serviços ao cidadão ou as áreas em que o consumo pode ocorrer.

Os programas de promoção e prevenção da saúde serão também reforçados através da aplicação da perspetiva do curso da vida, centrando-se no reforço do capital e dos recursos emocionais das pessoas, os sistemas de apoio à inclusão social serão reforçados com especial atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade, a divulgação e o conhecimento sobre as dependências serão reforçados e serão reforçadas ações intersectoriais mais eficazes no domínio da toxicod dependência.



Belém Ferreras

Violence Women Drug addiction From Prevention to Treatment



Versão em atualização

Seminário Maior de Coimbra
Coimbra, Portugal, 22-24.11.2023

Comité Científico Fernando Mendes Portugal • Paolo Stocco Italy • Bernardica Juretic Croatia • Iris Neuretter, MSc.
Germany • Dr. Dirk Gastauer Germany • Thomas Legl Austria
Organização Irefrea • EuroTC

Dia 22

- 9:30h Início dos trabalhos
- 9:45h Apresentação do projeto europeu Interleave (*Interleave – An Intervention Toolkit to Deal with Women Drug Users Victims of Gender Based Violence* – <https://interleave.org/>) seus objetivos e resultados alcançados, contando com a presença de parceiros intervenientes na sua execução
- 10:45h Debate com os participantes sobre esta problemática e recolha de contributos
- 11:20h Pausa para café
- 11:45h Sessão de abertura com a presença (em confirmação) de representantes do: Governo Português, Câmara Municipal de Coimbra, IREFREA – Portugal, Euro-Tc, Seminário Maior de Coimbra
- 13:00h Pausa para almoço (que poderá ser no refeitório do Seminário)
- 14:30h Recomeço dos trabalhos
- 14:35h Comunicação por: Félix Carvalho (Professor Catedrático, Univ. do Porto, Fac. de Farmácia)
Comunicações por: Nelson Carvalho (R.A. Madeira), Mónica Fagundes (R.A. dos Açores) e Fernando Mendes (IREFREA Portugal)
- 16:30h Debate com os participantes sobre esta problemática e recolha de contributos
- 17:00h Encerramento dos trabalhos

Dia 23

- 9:30h Início dos trabalhos
- 9:45h Apresentação do projeto europeu STOP SV (*STOP SV: A Technical Package to Prevent Sexual Violence* – <http://www.irefrea.eu/index.php?page=6-9-1>)
- 10:45h Debate com os participantes sobre esta problemática e recolha de contributos
- 11:20h Pausa para café
- 13:00h Pausa para almoço (que poderá ser no refeitório do Seminário)
- 14:30h Recomeço dos trabalhos
- 14:35h Comunicações por: Marisa Marques (Viseu), Paula Andrade (Aveiro), Paulo Anjos (Coimbra)
- 16:30h Debate com os participantes sobre esta problemática e recolha de contributos
- 17:00h Encerramento dos trabalhos

Dia 24

- 9:30h Início dos trabalhos
- 9:35h *Workshop* sobre o conjunto de ferramentas (Toolkit) produzido no âmbito do projeto Interleave visando lidar com mulheres consumidoras de drogas vítimas de violência de género. Os trabalhos decorrerão em duas salas distintas em que o mesmo assunto é apresentado em português (Rosário Mendes, IREFREA e Isabel Ponte) e inglês (Iris Neuretter, Euro TC), devendo o participante optar pela opção desejada
- 13:00h Pausa para almoço (que poderá ser no refeitório do Seminário)
- 14:30h Recomeço dos trabalhos
- 14:35h Continuação dos trabalhos do *Workshop*
- 17:00h Encerramento dos trabalhos

neste 3.º dia a pausa para café
será feita em função do decorrer
dos trabalhos

As inscrições e custos associados serão disponibilizadas a partir do dia 21.9.2023.

No acto de inscrição poderá optar por fazer refeições (cujos menus serão disponibilizados atempadamente) no refeitório do Seminário Maior (com um custo de 10,00€, incluindo 2 pratos à escolha, bebida, sobremesa e café). Caso o pretenda também poderá pernoitar nos recentemente inaugurados quartos aí existentes (com um custo base de 60,00€ para quarto individual) No interior do Seminário existem espaços de estacionamento que podem ser utilizados pelos participantes.



Combate à Criminalidade Organizada; Tráfico Internacional de Estupefacientes; Cooperação Policial Internacional

A Polícia Judiciária, através da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes, participou, juntamente com as autoridades do Brasil, Croácia, França, Polónia, Espanha, Eslovénia, Estados Unidos e Sérvia, numa operação internacional de combate ao tráfico ilícito de estupefacientes, denominada *Operação Opatija*, que teve o apoio do MAOC (N) e a coordenação da Europol, e na sequência da qual foi possível dismantlar uma importante estrutura criminosa que atuava em vários países e se dedicava ao envio de grandes quantidades de cocaína para a Europa.

No decurso das diligências levadas a efeito ao longo do último ano e meio, procedeu-se à detenção de um total de 6 pessoas de diferentes nacionalidades bem como à apreensão de um total de 2700 kg. de cocaína, elevada quantidade de dinheiro, imóveis, viaturas e outros objetos com relevância para a prova dos factos em investigação.

Esta operação foi iniciada em janeiro de 2022, tendo as autoridades sérvias iniciado uma investigação sobre este cartel de droga, que se pensa estar envolvido no tráfico em grande escala de cocaína da América do Sul para a EU, designadamente do Brasil. A operação rapidamente envolveu outros países do continente europeu, entre os quais Portugal, que participou ativamente em ações de vigilância e recolha de informação relevante para o desfecho da operação.

Os resultados obtidos com esta operação demonstram a grande relevância da cooperação internacional no combate ao crime organizado.

Junta-se os links para o comunicado divulgado pela Europol.



Detenção por tráfico de estupefacientes

A Polícia Judiciária, através da Diretoria do Norte, com a colaboração dos Serviços Prisionais, identificou e deteve, em flagrante delito, uma mulher, com 34 anos de idade, fortemente indiciada pela prática do crime de tráfico de estupefacientes, na área metropolitana do Porto.

Pelas primeiras horas da manhã do dia de ontem, a arguida deslocou-se ao Estabelecimento Prisional com o propósito de visitar um seu familiar, ali recluso. Nessa ocasião foi detetada na posse, dissimulada, de significativa quantidade de produto estupefaciente que pretendia introduzir naquele estabelecimento.

A detida, sem ocupação profissional, possui antecedentes pela mesma tipologia de crime, pelo qual fora condenada em 2014.

Após ter sido presente a primeiro interrogatório judicial, foi-lhe decretada a medida de coação de proibição de entrada em estabelecimentos prisionais.



Efetuadas detenções por crimes de homicídio qualificado, na forma tentada, tráfico de estupefacientes e detenção de arma proibida

A Polícia Judiciária, através do Departamento de Investigação Criminal de Setúbal, com a prestimosa colaboração do Comando Distrital da PSP de Setúbal, em inquéritos tutelados pelo DIAP da Moita, realizou uma vasta operação policial no Vale da Amoreira – Moita, visando o cumprimento de vários mandados de busca, entre os quais, oito domiciliária e cinco mandados detenção.

Em causa nos autos, estão factos relacionadas com crimes contra as pessoas, nomeadamente a prática de crimes de homicídio na forma tentada, ocorridos quer na via pública, quer no interior de estabelecimentos, praticados com recurso a armas de fogo e armas brancas.

A primeira situação veio a ocorrer no passado dia 17 de maio, quando um suspeito (hoje detido), efetuou vários disparos de arma de fogo na direção do porteiro de uma discoteca na Moita, vindo esta a ser atingida nos membros inferiores.

A segunda situação ocorreu no passado dia 30 de maio, quando um grupo de quatro indivíduos (três detidos hoje), entraram num café na lo-

calidade da Moita, local onde se encontrava a vítima, desferindo-lhe várias facadas.

A terceira situação ocorreu no passado dia 7 de julho, na via pública, quando o suspeito (hoje detido), efetuou disparos de caçadeira na direção de um indivíduo, vindo a atingir um terceiro sem qualquer relação com as partes.

A quarta situação ocorreu no passado dia 31 de julho, quando dois suspeitos (ambos detidos hoje), abordam a vítima na via pública por forma a agredi-la. Esta, temendo o pior, procurou fugir tendo sido atingida por vários disparos de arma de fogo.

A última situação ocorreu no passado dia 21 de agosto, quando dois suspeitos (ambos detidos hoje), abordam a vítima na via pública e sobre a qual efetuam disparos de arma de fogo.

Todos estes factos ocorreram no Concelho da Moita, importando referir que alguns dos ora detidos, com idades compreendidas entre os 17 e os 25 anos, são intervenientes em várias das situações atrás elencadas.

A investigação conseguiu apurar que os acontecimentos que lhes deram origem, todos relacionados entre si, têm na sua génese situações relacionadas com tráfico de produto estupefaciente.

Todos estes factos ocorreram no concelho da Moita.

A operação policial hoje levada a efeito, permitiu deter seis indivíduos, cinco no cumprimento de mandados de detenção emitidos pela autoridade judiciária competente e um, em flagrante delito, por posse de produto estupefaciente.

A investigação irá prosseguir visando apurar a eventual participação dos ora detidos em outros ilícitos criminais.

Os detidos irão ser presentes a primeiro interrogatório, para aplicação das medidas de coação tidas por adequadas



Foram detidos seis homens e uma mulher na cidade de Ponta Delgada

A Polícia Judiciária, no âmbito de investigação desenvolvida pelo Departamento de Investigação Criminal dos Açores e em cumprimento de mandados emitidos pelo Ministério Público - DIAP da Comarca dos Açores - procedeu à detenção de seis homens e uma mulher, por fortes indícios da prática do crime de homicídio qualificado, na forma tentada, tendo por vítima um homem, com 54 anos de idade.

O delito aconteceu no dia 02 de setembro, na via pública, da cidade de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, tendo como motivo a retaliação a um conflito anterior, decorrente do tráfico e consumo de estupefacientes.

Para concretização do crime, a suspeita, com 53 anos, através de logro, atraiu a vítima para o local onde os restantes seis participantes, com idades compreendidas entre os 23 e os 52 anos, esperavam.

Com recurso a objetos de natureza corto-perfurante e contundente, surpreenderam a vítima, produzindo-lhe vários ferimentos na cabeça e tronco, alguns deles potencialmente letais, sendo que o resultado morte não ocorreu devido ao tempestivo socorro e encaminhamento para Unidade Hospitalar.

Na operação policial para detenção dos sete suspeitos, foram executadas seis buscas domiciliárias, resultando na recolha e apreensão de relevantes elementos de prova, bem como de droga sintética.

Os detidos foram presentes às autoridades judiciárias competentes, tendo sido aplicadas como medidas de coação, a prisão preventiva, a um deles, bem como a proibição de contactos ou aproximação à vítima e apresentações diárias no órgão de polícia criminal do local de residência, a dois outros, ficando, os restantes quatro, sujeitos a medidas não privativas de liberdade.



Detenção por crimes violentos

A Polícia Judiciária, através da Diretoria do Norte, deteve um homem de 24 anos, em flagrante delito, pela prática dos crimes de tráfico de estupefacientes e detenção de arma proibida.

A detenção do arguido ocorreu aquando do cumprimento de mandado de busca domiciliária, emitido em inquérito em que se investiga um homicídio na forma tentada, ocorrido no passado dia 05.08.2023, na cidade do Porto.

Na ocasião, o arguido munuiu-se de uma arma de fogo e, exibindo-se para amigos, apontou-a na direção de um seu conhecido, premindo o gatilho por várias vezes até que esta disparou, atingindo-o na região da cabeça.

A vítima correu perigo de vida, sobrevivendo devido a intervenção médica de urgência.

Na busca realizada ao domicílio do suspeito, que se encontra indiciado da autoria do homicídio na forma tentada em investigação, foi apreendida a arma de fogo utilizada para o cometimento dos factos, munições, produto estupefaciente destinado a venda e diverso material com relevância probatória.

O detido irá ser presente à autoridade judiciária competente para primeiro interrogatório judicial e aplicação das medidas de coação tidas por adequadas.

RELATÓRIO DE SINISTRALIDADE: MENOS ACIDENTES, MENOS MORTOS E MENOS FERIDOS GRAVES NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Entre janeiro e março de 2023 registaram-se 7.909 acidentes com vítimas, 106 vítimas mortais, 541 feridos graves e 9.194 feridos leves no Continente e nas Regiões Autónomas.

Em relação a 2019, ano de referência para monitorização das metas fixadas pela Comissão Europeia e por Portugal, de redução do número de mortos e de feridos graves até 2030, registaram-se no Continente e nas Regiões Autónomas menos 512 acidentes (-6,1%), menos 14 vítimas mortais (-11,7%), mais 8 feridos graves (+1,5%) e menos 867 feridos leves (-8,6%).

No Continente, nos primeiros três meses de 2023 registaram-se 7.585 acidentes com vítimas, dos quais resultaram 101 vítimas mortais, 493 feridos graves e 8.828 feridos leves.

Comparando com o período homólogo de 2013, é de assinalar a redução de 20,5% nas vítimas mortais, não obstante os aumentos nos feridos graves (+26,4%) e nos feridos leves (+9,1%).

Comparativamente a 2019, a maioria dos indicadores de sinistralidade apresentou resultados decrescentes: menos 464 acidentes (-5,8%), menos 16 vítimas mortais (-13,7%) e menos 819 feridos leves (-8,5%). Registou-se, contudo, um aumento de 4 feridos graves (+0,8%).

Comparativamente com o período homólogo de 2022, observaram-se aumentos em todos os indicadores no Continente: mais 813 aci-

dentos (+12,0%), mais 2 vítimas mortais (+2,0%), mais 21 feridos graves (+4,4%) e mais 1.003 feridos leves (+12,8%). De salientar que, relativamente a 2022, no primeiro trimestre do ano tem vindo a registar-se um aumento da circulação rodoviária com o correspondente acréscimo no risco de acidente, como se pode concluir do aumento de 9,2% no consumo de combustível rodoviário até março de 2023, de acordo com dados da Direção-Geral de Energia e Geologia[3], e do aumento de 12,3% do tráfego médio diário da rede de auto estradas da APCAP - Associação Portuguesa das Sociedades Concessionárias de Autoestradas ou Pontes com Portagens.

A colisão foi a natureza de acidente mais frequente (53,3% dos acidentes), com 30,7% das vítimas mortais e 46,0% dos feridos graves. Os despistes, que representaram 31,1% do total de acidentes, corresponderam à principal natureza de acidente na origem das vítimas mortais (47,5%).

Mais de metade (54) do número de vítimas mortais registou-se na sequência de acidentes ocorridos fora das localidades, com um decréscimo de 14,3% e de 11,5% face a igual período de 2019 e de 2022, respetivamente. Contudo, estes acidentes representam apenas 21,3% do total, resultando num índice de gravidade elevado, que ascendeu a 3,34 nos primeiros três meses de 2023 (3,94 e 4,37 nos períodos homólogos de 2019 e 2022, respetivamente), enquanto dentro das loca-



70 MIL MOTARDS JUNTARAM-SE EM FÁTIMA PARA A BÊNÇÃO DOS CAPACETES

Nem a chuva impediu que milhares de motociclistas se juntassem para a oitava edição da Bênção dos Capacetes, que teve lugar no dia 17 de setembro, no Santuário de Fátima.

A par da vertente solidária, esta peregrinação tem também associada uma campanha de sensibilização rodoviária dirigida aos motociclistas, à qual se associou a ANSR, com uma mensagem do Presidente, que apelou a todos os presentes que “quando forem para a estrada devem dar prioridade à vida.”



Rui Ribeiro destacou na sua mensagem dirigida a todos os motociclistas que “Na ótica da segurança rodoviária, a ANSR aumentou o seu sistema de radares do Sistema Nacional de Radares (SINCRO)”, sendo que os primeiros 37 radares começaram a funcionar no dia 1 de setembro. “Estes radares destinam-se a proteger-nos a todos e foram colocados nos locais onde há mais sinistralidade. Nos últimos 5 anos naqueles locais onde foram colocados os novos radares morreram 115 pessoas. E é importante que todos estejam conscientes que os radares não estão para caçar a multa, os radares são para salvar as pessoas”, acrescentou o Presidente da ANSR.

Sobre a Bênção dos Capacetes

Sublinha-se o caráter solidário do evento, cujas verbas angariadas destinaram-se à aquisição de material para os Bombeiros Voluntários de Fátima e para apoiar Raquel Saraiva, membro do Grupo Motard de São Miguel, Açores, que ficou paraplégica na sequência de um acidente de mota.

Kátia Guerreiro e Pedro Granger foram os padrinhos desta edição, organizada por 10 grupos motards e motoclubes – grupo motard “Esgota Pipas”, grupo motard “Guerreiros do Asfalto”, grupo motard “Os Bravos dos Açores”, grupo motard “Os Pachorras”, motoclubes dos Bombeiros Portugueses, motoclubes da Covilhã “Lobos da Neve”, motoclubes de Mirandela, motoclubes do Mucifal, motoclubes Foz do Lima e motoclubes Moncarrapacho.

Estas foram apenas algumas das experiências e atividades que, durante dois dias, a ANSR organizou para os todos os visitantes.

lidades situou-se em 0,79 (0,84 e 0,71 em iguais meses de 2019 e 2022, respetivamente) menos de um quarto do que fora das localidades.

Quanto ao **tipo de via**, 63,8% dos acidentes ocorreram em arruamentos, correspondendo a 34,7% das vítimas mortais (+40,0% em termos homólogos) e a 44,4% dos feridos graves. Nas estradas nacionais ocorreram 19,3% dos acidentes, com 24,8% das vítimas mortais (-28,6%) e 34,5% dos feridos graves (+27,8%). Nas autoestradas registaram-se subidas face a 2019 nos números de acidentes (+15,3%) e de vítimas mortais (de 8 para 12).

No que respeita à **categoria de utente**, considerando as vítimas mortais, 63,4% do total eram condutores, enquanto passageiros e peões corresponderam a 14,9% e 21,8%, respetivamente. Em termos de variação homóloga, nas vítimas mortais verificaram-se diminuições nos passageiros (-46,4%), de 28 para 15 até março de 2023, tendo-se, contudo, registado aumentos nos peões (+69,2%) e nos condutores (+10,3%). Relativamente aos feridos graves, observaram-se tendências equivalentes nas mesmas categorias de utentes.

Em relação à **categoria de veículo** interveniente nos acidentes, os automóveis ligeiros corresponderam a 73,4% do total, com uma diminuição de 10,7% face a 2019, mas um aumento de 11,2% relativamente a 2022, sendo ainda de referir as subidas verificadas nos motociclos (+19,2% face a 2019 e +17,9% face a 2022) e nos velocípedes (+29,0% face a 2019 e +15,7% face a 2022). De realçar que os ciclomotores e os veículos agrícolas envolvidos em acidentes reduziram 34% e 26,5% face a igual período de 2019.

Considerando as vítimas totais por categoria de veículo, verificou-se que, entre janeiro e março de 2023, 54,7% do total de vítimas deslocava-se num veículo ligeiro (-13,6% e +8,5% face aos mesmos períodos de 2019 e 2022, respetivamente), enquanto 19,2% circulava em motociclos (+20,3% e +20,8% face a 2019 e 2022, respetivamente) e 6,5% em velocípedes (+32,9% e +19,6%, respetivamente). Salienta-se a descida de 16,4% do total de peões vítimas face a 2019, apesar da subida de 17,2% face a 2022.

Entre janeiro e março de 2023, considerando a distribuição do número de vítimas mortais pela rede rodoviária e respetivas entidades gestoras, verificou-se que 38,6% correspondeu à Infraestruturas de Portugal, 5,0% à Brisa, 3,0% à Ascendi e ao município do Porto e ainda 2,0% à Lusoponte e a cada um dos municípios de Aveiro, Fafe, Lisboa, Marinha Grande, Sintra e Vila Nova de Famalicão. Assim, 50,5% das vítimas mortais decorreram de acidentes nas vias da rede rodoviária nacional (38,6% na rede concessionada à Infraestruturas de Portugal e 11,9% a outras concessões), cabendo às vias sob gestão municipal a remanescente proporção (49,5%).

Relativamente à **fiscalização de veículos e condutores**, bem como processos contraordenacionais, salienta-se:

Entre janeiro e março de 2023 foram fiscalizados 34,3 milhões de veículos, quer presencialmente, quer através de meios de fiscalização automática, tendo-se verificado um aumento de 7,5% em relação ao período homólogo de 2022. A GNR, a PSP, a PML e o Sistema Nacional de Controlo de Velocidade (SINCRO) da ANSR registaram acréscimos de 18,7%, 13,8%, 78,5% e 6,2%, respetivamente.

As infrações ascenderam a 306,7 mil, o que representa um acréscimo de 22,5% face ao período homólogo do ano anterior, destacando-se a representatividade, no total de infrações, do sistema SINCRO da ANSR (30,1%) e da PML (25,0%).

A taxa de infração (n.º de infrações/n.º de veículos fiscalizados) foi de 0,73%, uma diminuição de 7,0% face à taxa de 0,78% registada nos mesmos meses de 2022.

Relativamente à **tipologia de infrações**, 65,1% do total registado entre janeiro e março de 2023 foi referente a excesso de velocidade (+57,9%). Verificaram-se aumentos em todas as tipologias de infrações, destacando-se, para além do excesso de velocidade, as relativas ao sistema de retenção para crianças (+43,1%), à ausência de seguro (+28,2%) e à falta de cinto de segurança (+26,7%).

Quanto ao excesso de velocidade, a taxa de infração (n.º de infrações de velocidade/n.º de veículos fiscalizados) aumentou 5,9%, de 0,40% nos três primeiros meses de 2022 para 0,42% em igual período de 2023.

Relativamente à **condução sob o efeito do álcool**, entre janeiro e março de 2023 foram submetidos ao teste de pesquisa de álcool 537,9 mil condutores, o que representa um aumento de 46,0% comparativamente a igual período de 2022. A taxa de infração (n.º de infrações por álcool/n.º de testes efetuados) desceu de 2,2% nos primeiros três meses de 2022 para 1,7% no período homólogo de 2023.

A criminalidade rodoviária, medida em número total de detenções, aumentou 12,1% por comparação com 2022, atingindo 9,5 mil condutores. Do total, 53,0% deveu-se à condução sob o efeito do álcool (+11,0%), seguindo-se 37,2% por falta de habilitação legal para conduzir (+24,3%).

Desde a entrada em vigor do sistema de carta por pontos em junho de 2016, o número de condutores que perderam pontos na carta de condução foi de 530,2 mil até final de março de 2023.

Desde junho de 2016, 2.527 condutores ficaram com o seu título de condução cassado.

O relatório de sinistralidade e fiscalização rodoviária relativo ao 1º trimestre de 2023, divulgado em 14-9-2023 pela ANSR, pode ser consultado no site (www.ansr.pt).

RUI RIBEIRO PARTICIPA NA 2.ª EDIÇÃO DO USEC BILBAO CONGRESS 2023

O Presidente da ANSR, Rui Ribeiro, foi um dos oradores convidados do Congresso de Segurança, Mobilidade e Emergências - USEC Bilbao Congress 2023, promovido pelo Canal de Notícias USECIM (Universal Security&Emergency Channel).

O evento decorreu nos dias 20 e 21 de setembro, no Azkuna Zentroa – Centro de Arte Contemporânea e Lazer, em Bilbao.

“Novas perspetivas em políticas de Mobilidade. Uma visão internacional” foi o tema da mesa-redonda, que reuniu Rui Ribeiro, Deyanira Ávila, Vereadora da Mobilidade do Município de Bogotá; Ramon Lamiel, Diretor do Serviço de Trânsito do Governo Autónomo da Catalunha e Mar Cogollos Paja, Diretora da AESLEME - Associação para o Estudo da Lesão Medular.

Rui Ribeiro falou sobre a mobilidade em meio urbano, lembrando que “a estratégia de segurança rodoviária no meio urbano é a proteção dos utilizadores mais vulneráveis, sejam peões, ciclistas...”. Para garantir essa segurança, “é essencial que haja um planeamento adequado da rede urbana”, acrescentou.

O USEC Bilbao Congress é um local de referência para a interação e partilha de melhores práticas, que reúne investigadores, decisores políticos, profissionais e representantes da indústria dos sectores de Segurança, Emergências e Mobilidade.

“FEIRA DA MOBILIDADE – LISBOA VIVE A RUA”



A mobilidade ativa foi o foco da participação da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) na “Feira da Mobilidade - Lisboa Vive a Rua”, evento que teve lugar nos dias 23 e 24 de setembro, na Praça do Comércio, em Lisboa.

Inserido no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade 2023, este evento, organizado pela Câmara Municipal de Lisboa em parceria com o Portugal Mobi Summit e a EDP, pretende envolver todos os parceiros do setor para a promoção das deslocações para/na cidade em transportes públicos, a experimentação de trotinetas e bicicletas, ateliers/workshops e promoção da participação pública, dirigidos ao público em geral, em especial às famílias e crianças.

A ANSR marcou presença nesta iniciativa com um espaço próprio, na Praça do Comércio, mas também com um circuito partilhado com seis empresas operadoras na área da mobilidade (Bolt, Lime, Bird, Ridemoví, Superpedestrian e Cooltra), onde os visitantes puderam experimentar andar de trotineta, de bicicleta ou de moto elétrica, após participarem em ações de formação e de sensibilização.

No espaço da ANSR, a promoção da mobilidade ativa, saudável e segura foi assegurada com momentos tão diversos como jogos didáticos, uma roda da sorte para oferta de brindes, um LedWall onde, ao longo do dia, foram exibidos vídeos alusivos à segurança rodoviária, informação sobre a utilização correta dos modos de micromobilidade e as regras do Código da Estrada que lhe são inerentes.

Os mais pequenos não foram esquecidos e a ANSR dedicou-lhe um espaço próprio, onde puderam ter o seu primeiro contacto com as regras de trânsito.

Estas foram apenas algumas das experiências e atividades que, durante dois dias, a ANSR organizou para os todos os visitantes.

